

20ª Conferência Sindical das Cidades Capitais Europeias (*on Line*)
23 e 24 de Fevereiro 2021



Intervenção inicial da USL/CGTP-IN

Nuno Almeida

Caros companheiros e companheiras,

Antes do mais, um forte abraço a todos, embora à distância.

Em nome da USL/CGTP-IN, gostaríamos de fazer uns breves apontamentos sobre Portugal e em particular sobre Lisboa, onde o impacto da pandemia tem sido dos mais graves.

É inevitável no actual contexto sublinhar que as políticas de austeridade de que o nosso país foi alvo, enquanto país intervencionado pela troika EU-BCE-FMI, trouxeram resultados desastrosos que agora estão à vista, fragilizando a capacidade de resposta do país e da sua região capital a esta crise pandémica.

A nossa região menosprezou e destruiu a sua capacidade produtiva e (mais vincadamente nos últimos anos) assentou o seu crescimento em sectores de actividade altamente dependentes de flutuações externas como os que estão associados ao turismo; que se desenvolveram assentes em empresas económica e financeiramente frágeis, que fazem da redução dos custos do trabalho o seu factor competitivo, colocando os trabalhadores em situação de enorme vulnerabilidade, seja pelos baixos salários, seja pela enorme precariedade que multiplica o risco de desemprego e diminui as possibilidades de protecção social.

Milhares de despedimentos, sobretudo de trabalhadores precários e falsos independentes (com dificuldades acrescidas no acesso à protecção social), cortes nos salários e perda de subsistência de milhares de famílias; arbitrariedade nos horários e ritmos de trabalho alucinantes para os que tiveram e têm que assegurar serviços essenciais; milhares de trabalhadores em teletrabalho, com enormes impactos no isolamento, na possibilidade de conciliar o trabalho com a vida profissional e familiar e na possibilidade de desligar.

Sem subestimar as complexidades que a situação de saúde pública impôs as sucessivas medidas avançadas pelo Governo para responder aos problemas económicos e sociais foram, regra geral, desequilibradas a favor do capital e, não só não responderam à situação, como foram aproveitadas pelas empresas, particularmente as de grande dimensão ou multinacionais (desviando recursos públicos que seria necessários para aqueles que verdadeiramente precisam) e para intensificar a exploração.

A verdade é que, perante a gravidade da situação, foram os trabalhadores que assumiram, mesmo em situação de risco, o combate à epidemia e o funcionamento dos serviços essenciais para o País.

No entanto, os sacrifícios que lhes são exigidos não trouxeram reconhecimento objectivo do ponto de vista da garantia de direitos e remunerações. O que temos assistido é à imposição de ritmos alucinantes de trabalho, à recusa da negociação colectiva. É como se, dar resposta à pandemia, tivesse que ser sinónimo de abdicar de direitos e de condições de vida. Não, não tem que ser assim – muito pelo contrário.

A acção sindical, da CGTP e dos seus sindicatos, ao longo deste período foi essencial para contrariar medidas ainda mais lesivas para os trabalhadores.

Preocupa-nos muito, e temos que contrariar todos os dias, a tentativa de impedimento da actividade sindical nos locais de trabalho, agora reforçada a pretexto do contexto de pandemia.

A pressão para confinar os sindicatos e a acção colectiva foi forte e muito dura. Assistimos a uma tentativa de proibir e, mesmo, criminalizar a intervenção sindical, a possibilidade de mobilização e de denúncia colectivas.

A título de exemplo, a realização, na rua, do nosso primeiro de Maio em Lisboa em 2020 foi alvo de um ataque sem precedentes, como se a expressão das reivindicações dos trabalhadores fosse uma ameaça à saúde. Sabemos que não era esse o medo daqueles que a tentaram proibir. De facto, nenhum dos agravamentos da pandemia no nosso país esteve associado à expressão colectiva da luta. Pelo contrário, cumprimos o nosso dever de mostrar que é possível agir e lutar, colectivamente e na rua, observando as regras e condições necessárias para a saúde pública.

E por isso, temos que valorizar o que alcançámos, quer nas medidas concretas nos locais de trabalho quer em medidas de carácter mais geral. E não temos dúvidas, os resultados só foram alcançados, precisamente, por termos assumido que a

actividade, intervenção e justa luta dos sindicatos e dos trabalhadores não pode parar, em qualquer circunstância e muito menos quando estão a sofrer ataques de enorme consequência e dimensão.

Assim, por denúncia e intervenção sindical, as empresas foram obrigadas a continuar a pagar o subsídio de refeição aos trabalhadores em teletrabalho, (só agora, mas finalmente) começou a admitir-se que há despesas dos trabalhadores em teletrabalho que têm que ser custeadas (embora esta ainda seja uma luta que vai ter que continuar) e conseguimos que passasse a ser paga a 100% aos trabalhadores a remuneração por redução da actividade.

Caros companheiros,

A pandemia trouxe lições importantes e que não podem ser ignoradas, nomeadamente: o papel dos serviços públicos e, em particular, do Serviço Nacional de Saúde como o único instrumento capaz de salvaguardar o direito à saúde; a valorização do mercado interno como motor do desenvolvimento e crescimento económico; a importância do papel dos trabalhadores e a centralidade do trabalho na sociedade.

Sair desta crise terá que implicar, não apenas as respostas necessárias para o combate presente à pandemia, mas também a exigência de que estas constituam uma mudança de políticas e promovam a mudanças que cortem com as opções política e económicas que têm sido seguidas até aqui.

Num momento em que é enorme a pressão para o retrocesso das condições de trabalho e de vida, cabe-nos a nós, sindicatos, com base nas lições retiradas desta pandemia, mostrar que, só assegurando os direitos, os salários, as condições de vida dos trabalhadores e das populações e reforçando o investimento nos serviços públicos, é possível dar resposta a ameaças como a que enfrentamos, e sair daqui com mais saúde, mais fortalecidos e capacitados.